

# “O PT sob uma perspectiva sartoriana: de partido anti-sistema a legitimador do sistema”<sup>1</sup>

Pedro José Floriano Ribeiro

Artigo

## Introdução

A vitória do PT nas últimas eleições presidenciais suscitou inúmeras indagações a respeito das causas e condições que levaram o partido a ascender ao Governo Federal depois de três tentativas anteriormente frustradas. Estas indagações dizem respeito principalmente ao deslocamento da agremiação rumo ao centro do espectro político-partidário nacional, à adoção de um discurso amplo e agregador por parte de seu candidato e à realização de uma campanha altamente moderna e dispendiosa, entre outros pontos que certamente concorreram para o êxito do partido – somados, logicamente, ao desgaste do governo Fernando Henrique e à incapacidade do candidato situacionista em impedir a fragmentação da base partidária que sustentara os dois últimos mandatos<sup>2</sup>.

Este artigo aborda aquilo que denominamos de *variável de deslocamento*: a migração do PT de uma posição clara e ideologicamente de esquerda – mantida nas três primeiras campanhas presidenciais – em direção ao centro do espectro político-partidário nacional, dando início à redefinição posicional da agremiação<sup>3</sup>.

---

1 Este artigo é parte da pesquisa de mestrado que desenvolvo sob orientação do Prof. Fernando Antônio Azevedo no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, a qual se insere no âmbito do Grupo de Pesquisa em Comunicação Política da mesma instituição.

2 Destacando-se aí a defecção do PFL.

3 Conquanto seus líderes não o admitam publicamente, conforme demonstra artigo de Genoio (2003).

O deslocamento do partido consubstanciou-se na e tornou possível a costura de alianças com um partido centrista já na campanha para a primeira rodada eleitoral, o Partido Liberal, o que acabou por atrair à órbita de apoios do candidato petista uma parcela significativa do empresariado e das classes médias que relutavam em aderir a Lula. Esta atração de novas forças sociais e políticas configurou-se importante não só para seduzir uma parcela decisiva do eleitorado de centro – que é maior parte no Brasil – fazendo a maioria eleitoral adornar de uma coalizão de centro-direita para outra de centro-esquerda, mas também para prover à campanha uma soma de recursos financeiros nunca dantes disponível a Lula e a seu partido – principalmente pela adesão da parte do empresariado nacional que mais perdeu durante os oito anos de Fernando Henrique, qual seja principalmente o setor industrial paulista, conforme afirma Fiori (2001).

O deslocamento ao centro tornar-se-ia ainda mais patente na campanha do segundo turno, quando o candidato petista receberia o apoio de parcelas significativas do PFL e do PMDB – em que pese o fato de que este último apoiasse oficialmente o candidato situacionista. Já iniciado o mandato, o PMDB se uniria oficialmente à base governista, sendo acompanhado por outra sigla centrista, o PTB, e por expressivas parcelas daquilo que se pode chamar da direita partidária brasileira: o PP<sup>4</sup> e parte do PFL. Assim, é diáfana a migração do PT rumo ao centro do espectro partidário nacional: primeiro, para conquistar apoios necessários à vitória eleitoral; ulteriormente, para adquirir maioria sólida nas duas casas do Congresso.

Entretanto, o PT passou por mudanças internas profundas muito antes do pleito de 2002, as quais possibilitaram tal realinhamento. Para compreendê-las, empreendemos uma análise amparados por arcabouço teórico que gira em torno de dois eixos: a aceção sartoriana de *partido anti-sistema* – Sartori (1982) – e a *teoria da mudança institucional* de Panebianco (1990).

Sob a perspectiva sartoriana, procuramos caracterizar o PT como sendo um partido anti-sistema e *irresponsável* desde sua fun-

---

4 Partido Progressista, antigo PPB.

dação até meados dos anos 90. Após pressões externas e mudanças internas, que eclodiram na metade dos anos 90, o PT passaria a ter uma atitude diferente em relação ao sistema político nacional, legitimando-o; somente a partir daí foi possível à agremiação rumar em direção ao centro político nacional, atraindo novos aliados e adotando um discurso sobremaneira mais amplo e agregador do que o das campanhas anteriores.

Assim, é fundamental para o entendimento de como foi possível à agremiação conquistar a Presidência em 2002 a compreensão de como o PT passou da condição de partido anti-sistema à de legitimador do sistema. A apreensão da alteração da atitude petista em relação ao sistema político no qual sempre operou fornece muitas respostas a perguntas concernentes a várias redefinições de rumos do partido, fornecendo bases explicativas mais sólidas às novas feições assumidas pela legenda.

O que impulsionou a transformação do PT? Para compreender esta mutação, recorreremos ao modelo de mudança institucional proposto por Panebianco (1990), identificando as pressões ambientais que fizeram eclodir alterações internas e as pré-condições que, uma vez catalisadas, levaram a estas mudanças.

Longe de fornecer todas as respostas às indagações concernentes à chegada do PT ao Executivo nacional, este artigo procura contribuir para o entendimento do deslocamento do partido ao centro do espectro partidário nacional trazendo a lume uma transformação anterior e mais profunda, qual seja o abandono da atitude anti-sistêmica levada a cabo pela agremiação até meados dos anos 90.

## Eixos teóricos

Em seu clássico *Partidos e Sistemas Partidários*, Sartori (1982) define os partidos anti-sistema como aqueles que trazem *impactos simbólicos deslegitimadores* sobre o sistema, ou “a propriedade de questionarem um regime e de enfraquecerem sua base de apoio. Assim sendo, um partido pode ser definido como sendo anti-sistema sempre que *enfraquece a legitimidade do regime a que se opõe*” (Sartori, 1982: 158; grifos no original).

Com este questionamento feito pelo partido anti-sistema, o sistema político<sup>5</sup> enfrenta uma constante crise de legitimidade, em uma ausência de apoio que fortalece a oposição ideológica.

Sartori (1982) continua explicando que a oposição anti-sistema não é feita somente contra o governo de turno, ou contra questões, medidas e políticas específicas deste: é, antes, uma oposição totalmente apriorística, feita *em princípio* contra o próprio sistema de governo através de “um sistema de convicções que não partilha dos valores da ordem dentro da qual opera” (Sartori, 1982:158). É o que ele chama de uma “ideologia estranha” ao sistema político.

A negação dos partidos anti-sistema pode ser efetivada de várias distintas maneiras, indo da alienação e rejeição total ao simples protesto inseqüente. Sua atuação pode se dar tanto a partir de fora do sistema quanto de dentro dele, “pela infiltração discreta ou pela obstrução conspícua” (Sartori, 1982:159), o que faz com que *anti-sistema* não se confunda com *fora do sistema*.

Conquanto haja diferentes formas de atuação, os problemas que um partido anti-sistema trazem para o governo são basicamente os mesmos, relacionando-se principalmente com a obstrução à aprovação de projetos e matérias de interesse do Executivo, o que leva Sartori (1982) a afirmar que sua definição possui pontes teóricas com a definição de *partido de chantagem*. Porém, o autor italiano esclarece que, se todo *partido revolucionário* é um partido anti-sistema, o inverso não é verdadeiro, podendo um partido anti-sistema não se constituir em revolucionário.

Ainda segundo Sartori (1982), os partidos anti-sistema exercem tipicamente uma *oposição irresponsável*, ou seja: uma oposição permanente, rejeitando a identificação com o sistema político e sem ter preocupação alguma com as promessas e projetos

---

5 Sartori (1982) afirma que os partidos anti-sistema são tipicamente encontrados nos sistemas partidários *pluralistas polarizados* ou *extremos*. Nestes, a competição é centrífuga e com grande distância ideológica entre os partidos, que são ao menos cinco, sendo que as funções governativas cabem tipicamente às agremiações centristas, que ora se aliam aos partidos de centro-direita, ora aos de centro-esquerda. Os outros tipos principais de sistemas multipartidários são o *pluralismo simples*, ou *bipartidarismo*, e o *pluralismo moderado*.

apresentados, já que as chances de compor o governo e ter que honrar tais compromissos se mostram extremamente reduzidas<sup>6</sup>.

Lentamente, a intensidade da atitude anti-sistema tende a arrefecer, o que faz com que o sistema político acabe por absorver o partido anti-sistema, que abandona seus projetos de derrubada do sistema e regime vigentes. Quando isto acontece, ocorre a passagem da tendência de deslegitimação para a tendência de relegitimação do sistema, com os processos intrinsecamente envolvidos em cada uma delas (Sartori, 1982).

Para compreender como o PT passou à condição de legitimador do sistema, nos valem da teoria da mudança institucional proposta por Panebianco (1990), segundo a qual qualquer mudança importante se processa na forma de reações partidárias a *fatores ambientais* que incidem sobre a instituição e seus agentes; tais reações a fatores ambientais desencadeadores só ocorrem devido à existência de predisposições já encontradas anteriormente no partido.

A estrutura-ambiente fornece elementos que atuam sobre pré-condições intrapartidárias que, catalisadas por aqueles desafios ambientais, produzem respostas que conformam uma nova estrutura interna de poder; esta nova estrutura levará à mudança institucional (Panebianco, 1990).

Ao longo deste processo de transformação, o partido passa por três fases analíticas distintas, ainda segundo Panebianco (1990):

- I. deflagra-se uma crise interna devido àquelas pressões ambientais;
- II. ocorre uma mudança na composição de forças do grupo dirigente do partido;
- III. o novo grupo hegemônico procede a uma reestruturação organizacional, em dois aspectos principais: a) mudam-se regras institucionais intrapartidárias e b) redefinem-se as metas oficiais da agremiação.

---

6 De maneira inversa, a oposição comporta-se de modo *responsável* quando espera cumprir as promessas feitas ao finalmente assumir funções governativas.

Tendo como referenciais teóricos os dois autores, este artigo procura, a partir de agora, caracterizar PT como partido anti-sistema a partir da análise de casos típicos nos quais as atitudes da agremiação tiveram amplo impacto deslegitimador sobre o regime político nacional; ao vislumbrarmos estes casos, fica patente a atitude anti-sistêmica levada a cabo pelo partido<sup>7</sup>.

*A posteriori*, procuramos compreender as alterações que abriram possibilidade ao abandono da atitude anti-sistêmica pelo partido, sob a perspectiva teórica do modelo de mudança institucional de Panebianco (1990); para utilização correta deste modelo, levamos em conta tanto as pressões ambientais quanto a evolução de aspectos intrapartidários, especialmente no tocante às diversas correntes e tendências petistas. Esta conjugação de pressões externas com alterações internas levaria o PT a abandonar sua característica anti-sistêmica.

## Concepção antiestatista

Para Keck (1991), a rejeição inicial do PT tanto ao dogmatismo leninista-marxista quanto à social-democracia reflete a *concepção antiestatista* presente com muita força num partido que se auto-afirmava de massas, socialista e democrático. Esta concepção indicava que a mudança só se processaria efetivamente com a organização e fortalecimento da sociedade civil, o que possibilitaria levar a cabo transformações radicais da sociedade brasileira a partir das bases.

Segundo esta lógica, o poder não seria *conquistado* tomando de assalto o Estado – como no modelo marxista-leninista – mas sim seria *construído* na e pela sociedade, rejeitando o Estado

---

7 Realizamos uma análise apenas qualitativa, portanto, o que não cerra as portas para outras modalidades de estudo que possam contribuir significativamente para a compreensão desta caracterização. Análises quanto à atuação da bancada petista nas duas casas do Congresso seriam de enorme valia para a identificação de uma permanente atitude anti-sistêmica que tivesse obstruído os trabalhos do Executivo e de sua base de sustentação legislativa durante seguidos mandatos. Ciente das limitações deste estudo, uma análise deste tipo fica como sugestão para trabalhos posteriores.

tanto como panacéia para a solução dos problemas sociais quanto como *locus* para reformas de cunho social-democrata. Esta concepção leva a olhar com ressalvas as negociações com o Estado, visando conservar a autonomia e evitar a cooptação das forças populares pelas forças conservadoras (Keck, 1991).

De onde veio a concepção antiestatista que impregnou fortemente o modelo originário petista? Esta concepção foi levada ao PT por praticamente todos seus grupos constituintes.

O novo sindicalismo, ao buscar autonomia em relação ao governo, se contrapondo ao modelo corporativista-estatal moldado por Vargas, possuía uma forte lógica antiestatista, o que acarretava, outrossim, a manutenção de certa distância em relação aos políticos. De maneira análoga, lógica semelhante imperava entre os líderes de movimentos sociais, zelosos por manter à distância de suas organizações as relações clientelistas operadas pelas tradicionais sociedades amigos de bairro.

Também entre as CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – nota-se forte rejeição ao Estado e aos políticos, privilegiando uma postura absolutamente autônoma. Os grupos de esquerda, grande parte dos quais atuando na clandestinidade, não poderiam ter uma atitude distinta em relação a um Estado militarizado que reprimia, perseguia, prendia e torturava seus membros.

Por fim, até mesmo os parlamentares emedebistas que fundaram o PT contribuíram com a concepção antiestatista, na medida em que exerciam oposição ao governo militar em um Parlamento restrito à *política negativa*<sup>8</sup>, o que diminuía os espaços estatais de atuação institucional.

Esta concepção antiestatista presente desde a fundação do PT é o alicerce ideológico de sua atuação como partido anti-sistema sartoriano, na medida em que colocava a legenda contra o sistema político dentro do qual sempre operou.

---

8 No sentido weberiano do termo: um Parlamento que apenas e tão-somente aprecia e critica propostas apresentadas pelo Executivo, refutando-as ou ratificando-as, em uma postura absolutamente passiva e reativa.

## Impactos deslegitimadores<sup>9</sup>

Conquanto tenha dado início à consolidação de sua posição como ator institucional-eleitoral já na segunda metade dos anos 80<sup>10</sup>, o PT permaneceu ainda por muito tempo na condição de maior partido anti-sistema da arena política nacional. Vale aqui frisar que *a inserção e institucionalização político-eleitorais de uma agremiação partidária não determinam sua caracterização como partido anti-sistema ou não*, sendo esta condição identificada através da análise de *atitudes do partido em relação ao sistema político no qual opera*.

Desta forma, é preciso esclarecer de modo diáfano a separação que se dá entre, de um lado, a *concepção partidária* que passa a ser dominante *internamente* a partir da segunda metade da década de 80 – concebendo o PT segundo a lógica de partido-ator eleitoral – e, do outro, a *atitude partidária* percebida *externamente* em sua relação com o sistema político brasileiro – que não deixou de ser anti-sistêmica, mesmo com a confirmação do papel político-eleitoral do partido.

Se a hegemonia interna exercida pela *Articulação* a partir de 1983 foi exitosa em impor uma identidade partidária que ratificasse a situação do PT como ator político-eleitoral, as atitudes do partido em nível nacional continuaram a ser típicas das de um ator anti-sistema<sup>11</sup>. Com o fito de corroborar esta afirmação, pro-

9 Este tópico foi elaborado com base principalmente em Meneguello (1989), Keck (1991), Couto (1995), Gadotti e Pereira (1989), Singer (2001), Almeida (2002) e Lacerda (2002), além do arquivo do jornal Folha de S. Paulo e do sítio oficial do PT para a reconstituição de fatos e a verificação de datas, nomes e resultados de eleições intrapartidárias.

10 Rejeitando a concepção do PT como um *partido-frente* ou um *partido-movimento*.

11 Mantivemos o foco da análise sobre a atuação partidária em nível nacional, ou seja, em relação ao Executivo e Legislativos federais. Optamos por esta abordagem por ter sido em nível federal que o partido mais se expressou contrário ao regime vigente; isto é tanto mais evidente quanto mais se constata que o PT sempre acreditou que somente com a conquista do poder central se efetivariam mudanças radicais no país. Porém, seria certamente possível encontrar atitudes e traços anti-sistêmicos na atuação petista em todos os níveis. A formação, por exemplo, de governos municipais “de oposição” reflete bem este caráter anti-sistêmico contra o poder central: sendo situação em determinada cidade, o partido insistia em fazer da administração local ferramenta e frente de batalha na luta

cede-se a uma breve reconstrução histórica de três ações políticas do partido que tiveram claras intenções simbólicas de deslegitimação do sistema político nacional.

Uma delas é a decisão de boicotar o Colégio Eleitoral que em 15 de janeiro de 1985 escolheu Tancredo Neves o novo Presidente da República. Naquela ocasião, José Eudes, Bete Mendes e Airton Soares, três dos oito deputados federais petistas, insistiram em participar da escolha entre Tancredo, do PMDB, e Maluf, do PDS, opondo-se à decisão tomada pela direção do partido de boicotar a votação.

Perante as alegações dos deputados de que a única opção real disponível se dava entre Tancredo e Maluf e que, mesmo participando e votando no primeiro, eles continuariam denunciando a essência conservadora da transição democrática<sup>12</sup>, a cúpula partidária sinalizou com uma ampla consulta às bases. Foram feitas pré-convênções nos níveis municipal, estadual e nacional, além de consultas também aos núcleos de base; as respostas ratificaram a posição inicial da liderança de boicote à escolha entre os dois candidatos.

Com o acirramento do conflito – que se dava também através da imprensa, extrapolando as discussões partidárias – e a intransigência de ambos os lados, o Diretório Nacional tomou a decisão de expulsar os três deputados, pedindo que eles se desligassem do PT.

---

contra o governo federal, questionando todo o sistema político vigente. Poderíamos, outrossim, ter recorrido a uma pesquisa documental, coligindo excertos de documentos oficiais do partido que falam copiosamente em “mudar o regime”, “acabar com o sistema político burguês”, “instaurar um novo regime”, e afirmações do gênero. Porém, se o discurso é abundante e fácil, as atitudes que possuem impactos deslegitimadores é que verdadeiramente indicam a representação que o partido fazia do sistema político vigente. Neste sentido, ficamos com as atitudes, simbólicas e extremamente reveladoras.

12 José Eudes, Bete Mendes e Airton Soares alegaram também que o PT e os trabalhadores ficariam marginalizados no processo de transição democrática com o boicote; além disso, afirmavam que inúmeros membros do partido vinham participando dos comícios de Tancredo e de sua Aliança Democrática – formada pelo PMDB e pela Frente Liberal, dissidência do PDS de Paulo Maluf.

Em que pese o fato de que a decisão do PT tenha sido influenciada pelos então recentes conflitos do partido com o PMDB de Tancredo<sup>13</sup>, é evidente o simbolismo desta atitude partidária, que enfatizou a posição do partido como contrária aos dois candidatos, *contrária ao próprio regime*. Esta mesma foi a intenção dos líderes petistas, que fizeram ouvidos moucos às acusações de purismo, sectarismo, facciosismo e autoritarismo que sofreram, insistindo numa atitude deslegitimadora que colocava o PT contra a Nova República, o regime político que se instalaria com a posse do primeiro Presidente civil depois de 21 anos de governos militares.

Outra atitude que teve um enorme impacto deslegitimador sobre o sistema político adveio da atuação do PT na Assembléia Constituinte que elaborou a Constituição de 1988. A participação do partido nas discussões foi bastante proveitosa, tanto para a conquista de direitos sociais e políticos às camadas excluídas da população quanto para seu crescimento institucional.

No primeiro ponto, vale destacar que o PT foi o único partido a apresentar um Projeto de Constituição, elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato. Por outro lado, as discussões, negociações e construções de alianças táticas com outros partidos para a conquista de vitórias na Constituinte foram de suma importância para a consolidação do PT como ator institucional legítimo do sistema político brasileiro, contribuindo para o fortalecimento intrapartidário da lógica de partido ator-eleitoral que começara a se estabelecer no final de 1985.

Terminada a elaboração da Carta, o PT procedeu internamente a um intenso debate sobre sua aprovação ou não pelos parlamentares do partido e sobre a assinatura ou não do novo arcabouço legal brasileiro. Tendo participado das discussões constituintes, o PT procurava uma forma de expressar sua não-con-

---

13 Conflitos que se deram basicamente pela acusação petista de que o PMDB “usara” as mobilizações populares como forma de pressão para seu proveito próprio, aceitando de bom grado a derrota da emenda Dante de Oliveira. Segundo as lideranças petistas, o PMDB, ciente de que provavelmente venceria no Colégio Eleitoral, deixou de apoiar as manifestações pelas Diretas-Já quando melhor convinha a ele, “traindo” o PT e as bases que lutavam pela convocação das eleições diretas.

cordância com o que julgava ser o caráter conservador da nova Constituição; ao mesmo tempo, desejava admitir sua participação, como forma de reconhecer os esforços de seus parlamentares para conferir um tom mais progressista a ela.

A solução encontrada foi indicar aos parlamentares petistas que votassem *não* à aprovação do texto final; mas que, uma vez aprovada, assinassem a Carta.

Desta forma, ao mesmo tempo em que o PT reconhecia e valorizava os esforços de seus parlamentares para a obtenção de conquistas aos trabalhadores, através de uma atuação dentro da institucionalidade, expressava sua rejeição à totalidade conservadora da Carta promulgada em 5 de outubro de 88.

Esta decisão partidária procurou criar, claramente, um impacto simbólico deslegitimador do novo arcabouço constitucional que se instaurava; um impacto *anti-sistema* advindo, porém, de um ator legítimo que atuava *dentro* deste mesmo sistema. O trecho a seguir, tirado de um documento oficial do partido<sup>14</sup>, revela nitidamente que o PT estava absolutamente consciente do caráter da sua decisão (Gadotti e Pereira, 1989:311-312; grifos no original):

O PT, como partido que almeja o socialismo, é por natureza um partido contrário à ordem burguesa, sustentáculo do capitalismo. Disso decorre que o PT rejeita a Constituição burguesa que vier a ser promulgada, da mesma forma que a Constituição vigente, a qual, ainda por cima, é fruto de uma ditadura militar; por extensão, o PT rejeita a imensa maioria das leis que constituem a institucionalidade que emana da ordem burguesa capitalista, ordem que o partido justamente procura destruir e, no seu lugar, construir uma sociedade socialista. Não obstante, o PT tem que travar a sua luta – expressão política da luta de classes, mais geral – onde ela se dá, e não em fóruns imaginários ou artificiais. Assim, o PT luta contra a institucionalidade burguesa. Essa luta institucional contra a institucionalidade pode assumir múltiplas formas. No caso específico do Congresso Constituinte, todas as atuações do PT exprimiram essa luta antiinstituição dentro da instituição (...) Tudo isso significou reconhecer o Con-

14 Partido dos Trabalhadores (Diretório Nacional). (1988), *A Posição do PT sobre a nova Constituição*. Circular Interna de 7 de agosto de 1988, anexo 2, p. 12-14.

gresso Constituinte como um campo de luta e, nele, lutar de acordo com os princípios programáticos.

(...) Por isso o Diretório Nacional decide, indicativamente, que o PT concretize sua posição contrária ao caráter geral da Constituição *votando não* à Carta Magna com declaração de voto vencido, explicando as razões de sua posição e fazendo a ressalva da defesa dos direitos e conquistas obtidos.

O terceiro exemplo remete a um conflito que ocorreria menos de cinco anos depois, no início de 93. O PT tivera, ao longo do biênio 91-92, uma destacada atuação nas denúncias e na apuração dos fatos que resultariam no processo de *impeachment* contra Fernando Collor, que acabou destituído do cargo em 29 de dezembro de 1992. Ao assumir a Presidência, Itamar convidou a participar do governo membros de praticamente todos os grandes partidos nacionais, desejoso de conferir maior legitimidade a seu mandato, firmando um autodenominado “pacto nacional pela democracia” em um momento crítico para a institucionalidade democrática brasileira; afinal, o primeiro Presidente eleito pelo voto direto desde 1960 acabara de ser afastado do cargo sob a acusação – e posterior condenação – de ter praticado crimes de responsabilidade.

Erundina, que governara a cidade de São Paulo de 1989 a 1992, recebeu nessa ocasião o convite de Itamar para assumir um cargo no governo federal, o de Ministra-Chefe da Secretaria de Administração Federal. A ex-prefeita aceitou o cargo à revelia do PT que, após proceder a debates internos, refutara conceder a ela licença para fazer parte do novo governo. Em meio à crise partidária e recusando-se a abdicar tanto do cargo quanto do partido, Erundina teria seus direitos partidários suspensos temporariamente pela Direção Nacional do PT – que desde o início de 93 estivera sob o controle das tendências mais à esquerda do partido.

Nessa ocasião, o PT apostou visivelmente no caos do governo Itamar como trampolim para a vitória de Lula nas eleições do ano seguinte, incentivando a formação de um vácuo de poder que deixaria o candidato petista em situação privilegiada para o pleito. Porém, ao atuar desta maneira, o PT enfraqueceu a própria base de apoio que deveria conceder maior legitimidade ao

regime que agora tinha no comando o ex-vice-Presidente da República – conquanto Itamar tenha feito inúmeros apelos no sentido de obter maior legitimidade desde sua posse.

Este trecho de um artigo de Eduardo Jorge, então deputado federal pelo partido, ilustra bem o caráter da decisão petista:

O PT teve uma atuação importante e construtiva na substituição de Collor por Itamar Franco. No entanto, naquela hora difícil que a nação esperava a montagem generosa de um governo de transição com a união de todas as forças pró-impeachment para a consolidação da democracia e preparo para as eleições de 1994, o PT optou por ficar comodamente na oposição. Apostava na inércia e no fracasso de Itamar para colher os frutos de uma vitória consagrada em 1994 (Jorge, 1994:A-3).

Desta forma, conquanto o PT tivesse iniciado sua consolidação como ator institucional-eleitoral no início da segunda metade da década de 80, ainda em 93 a acepção sartoriana de partido anti-sistema se adequava bem à caracterização da atuação petista em nível nacional, como demonstra a reflexão sobre o caso Erundina.

Quando o PT deixou de ser um partido anti-sistema? O que trouxe esta mudança? É o que este artigo procura elucidar a seguir.

## **Mudança institucional: de partido anti-sistema a legitimador do sistema**

Para apreender a transformação pela qual passou o PT, utilizamos o modelo de mudança institucional desenvolvido por Panebianco (1990), considerando aquelas três fases analíticas já explicitadas.

Antes de analisar a crise interna deflagrada no partido por força de pressões externas, urge fazer um breve retrospecto sobre a evolução da correlação de forças entre as diversas correntes<sup>15</sup> do PT ao longo do tempo, com o fito de apreender melhor

---

15 Não cabe neste artigo proceder à análise das razões do surgimento das tendências do PT nem a uma exaustiva listagem das que existiram ao longo dos anos. Vale somente lembrar que elas sofreram um grande impulso para a consolidação a partir de 1983, quando a composição dos órgãos executivos partidários passou

como se processaria a crise e como dela emergiria um rearranjo de forças que resultaria na conformação de um novo grupo hegemônico dentro do partido<sup>16</sup>.

Com a decepção eleitoral de 82, as tendências mais à esquerda do PT, oriundas principalmente dos grupos marxista-leninistas que se abrigaram na nova sigla, ganharam força com seu discurso antiinstitucional, na medida em que a primeira tentativa eleitoral do partido fracassara. Estas forças propunham uma guinada revolucionária à sigla, colocando a recente experiência eleitoral como um “desvio eleitoreiro” de uma agremiação que se mostrava não destinada a utilizar tais meios de atuação.

Líderes moderados – encabeçados por Lula – responderam a este avanço com a formação da *Articulação dos 113* em 1983, tendo como fito fortalecer o seu domínio sobre a legenda e expressar um consenso compartilhado pela maioria dos filiados. Em que pese o fato de que a *Articulação* tenha sido formada por membros oriundos de praticamente todos os gru-

---

a refletir de modo proporcional os resultados das eleições internas, distribuindo as cadeiras proporcionalmente entre as chapas concorrentes, e não mais majoritariamente, como antes – na qual a chapa vencedora ficava com todos os cargos. Sartori (1982) afirma que o sistema eleitoral intrapartidário é a principal variável explicativa do fracionismo, sendo o sistema proporcional o que dá maiores incentivos à institucionalização das tendências; o estabelecimento de uma cláusula de exclusão – no caso do PT foi de 10% dos votos – impele somente as tendências de tamanho médio à estabilização, desincentivando a permanência de minifrações. Com o sistema majoritário, o incentivo maior é no sentido das fusões dos grupos em duas ou três grandes tendências, como forma de diminuir os custos da marginalização interna quanto à estrutura de oportunidades do partido: cargos, recompensas, sanções etc.

- 16 Com respeito à importância do estudo das tendências e facções, Sartori (1982) diz que “os movimentos *externos* de um partido – a competição interpartidária – também são uma função de seus movimentos *internos*, isto é, da competição intrapartidária” (Sartori, 1982:378; grifos no original); competição esta que ele denomina de *política invisível*, em contraposição à *política visível* que se desenrola em nível interpartidário. A política invisível é, para ele, mais simples e autêntica, constituindo-se em uma *política pura*, “no sentido em que Maquiavel descreveu a política: a política é apenas política” (Sartori, 1982:119). Já Duverger (1980) alinha a liberdade às tendências de *descentralização ideológica*, e coloca como sua maior vantagem “manter uma atmosfera de discussão, de rivalidade intelectual, de liberdade” (Duverger, 1980:90), ao passo em que a maior desvantagem é o risco de cisão, já que as tendências consolidam profundas divisões internas.

pos constitutivos do partido, ela contou desde o início com forte predomínio dos líderes sindicais<sup>17</sup> e com ínfima presença de integrantes de grupos marxista-leninistas.

No 3º e no 4º Encontro Nacional do partido, ocorridos em 84 e 86, a *Articulação* enfrentou o bloco esquerdista unido, embora isto não tenha sido suficiente para colocar maiores dificuldades à manutenção do controle do Diretório Nacional em suas mãos<sup>18</sup>.

Em 87 a esquerda dividiu-se em três chapas, por ocasião do 5º Encontro Nacional<sup>19</sup>; mesmo dividida, conseguiu um notável avanço, obtendo o maior número de delegados até então<sup>20</sup>.

Após o 5º EN o PT passou por um processo de aumento de complexidade no que diz respeito à correlação de forças entre suas diversas correntes. Se até então se podia dividir o partido, grosso modo, entre *moderados* e *radicais*, ou entre direita – representada pela *Articulação* – e esquerda – englobando todos os grupos à esquerda da corrente hegemônica –, agora surgia uma força à direita da *Articulação*, colocando-a pela primeira vez em uma posição verdadeiramente centrista: a *Democracia Radical*, origina-

17 Sobre o domínio sindical dentro da *Articulação*, Lacerda (2002) lembra que nesse mesmo ano de 1983 foi fundada a CUT, contando com uma corrente majoritária denominada *Articulação Sindical*, que possuía praticamente a mesma composição da sua correspondente petista.

18 3º EN: *Articulação* – 65,8%, Esquerda – 34,2%; 4º EN: *Articulação* – 72,2%, Esquerda – 27,8%.

19 Após anos de debate, neste 5º EN foi aprovada a resolução que regulamentou o funcionamento das tendências petistas. Esta resolução girava em torno da diferenciação entre facções internas, ou tendências *do* PT, e organizações partidárias, ou tendências *no* PT; estas deveriam, em pouco tempo, transformar-se naquelas, sob pena de exclusão do partido. Refutava-se de uma vez por todas a concepção do PT como frente partidária, ou como partido-tático, bem como a dupla fidelidade e a dupla militância. Procurava-se garantir a liberdade de expressão e atuação a todas as tendências, exigindo em contrapartida uma absoluta unicidade de ação tão logo as decisões fossem tomadas pela maioria. A partir deste 5º EN, as tendências se institucionalizaram, e os partidos que atuavam dentro do PT foram aos poucos se diluindo por várias tendências, sendo que só dois agrupamentos, trotskistas, seriam expulsos: a Causa Operária, em 1990 – que viria a formar o PCO, Partido da Causa Operária – e a Convergência Socialista, em 1992 – que veio a formar o PST-U, Partido Socialista dos Trabalhadores – Unificado. Para a resolução sobre as tendências, ver Gadotti e Pereira (1989).

20 5º EN: *Articulação* – 59,4%, Esquerda (3 chapas) – 40,6%.

da de defecções na esquerda partidária e tendo como maiores líderes Marina Silva, José Genoino, Eduardo Jorge e Tarso Genro.

Mesmo sofrendo pressões tanto da direita quanto da esquerda, a *Articulação* obteria maioria dos delegados no 7º EN, em 90; foi, porém, a menor porcentagem de votos obtida pelo grupo até então<sup>21</sup>.

Conquanto diminuísse seu domínio sobre a legenda, a *Articulação* entrou nos anos 90 ainda como a corrente hegemônica do partido. Todavia, a aplicação da resolução sobre as tendências desde 87 impeliu os grupos intrapartidários a atuarem no sentido de atrair cada vez maior número de membros para suas fileiras, de modo a ampliar seus espaços dentro do PT; por outro lado, o uso universal da representação proporcional, especialmente no tocante à constituição da Executiva Nacional, forneceu incentivos às defecções latentes na heterogênea *Articulação*, diminuindo os custos de migração em direção a facções à esquerda ou à direita da corrente dominante.

A insatisfação com a gestão 90-93 somou-se aos fatores supracitados, fazendo com que já no início de 93 se prenunciasse a inédita derrota que a *Articulação* viria efetivamente a sofrer em junho daquele ano, quando da realização do 8º EN. Nessa ocasião, a defecção de importantes figuras da *Articulação*, como Rui Falcão, Arlindo Chinaglia, Adão Pretto e Luciano Zica, acabou por resultar na criação de um novo grupo, a *Articulação de Esquerda*. Esta corrente foi a principal responsável pela guinada do PT à esquerda em 93, ao compor com outros grupos a chapa *Uma Opção de Esquerda*, que sozinha obteria 36,48% dos delegados naquele encontro. Somando esta à outra chapa esquerdista – *Na Luta PT*, que obteve 19,11% dos delegados –, pela primeira vez o PT seria comandado pelas forças mais à esquerda no espectro espacial intrapartidário: juntas, as duas chapas totalizaram 55,59% dos delegados<sup>22</sup>, conquistando a direção nacional e, posterior-

21 7º EN: *Articulação* – 56%, Esquerda (2 chapas) – 27%, Direita – 17%.

22 Enquanto que a *Articulação Unidade na Luta* – antiga *Articulação* –, em conjunto com a *Democracia Radical*, obteve 40,92% dos delegados. Houve ainda uma chapa centrista não-alinhada nem à esquerda nem à *Articulação*: *Sem Medo de Ser Socialista pela Base com Independência*, que alcançou 3,47% dos votos.

mente, a presidência da sigla com Rui Falcão – já que Lula pediria licença do cargo para a disputa eleitoral de 94.

Pela primeira vez desde 1983 a *Articulação* perdia o controle do Diretório Nacional do PT; a guinada à esquerda teria amplas conseqüências sobre a campanha presidencial realizada no ano seguinte.

As novas orientações partidárias impediram o avanço de negociações no sentido da formação de uma coalizão de centro-esquerda para concorrer à Presidência, que poderia envolver principalmente o PT e o PSDB. As novas determinações, de que o partido se unisse somente a forças políticas tradicionais aliadas do PT, como PC do B, PPS e PSB, chegando no máximo às bases do PDT, restringiram sobremaneira o campo de atuação de Lula para a formação das alianças que ele julgava necessárias à vitória.

Essa restrição do arco aliancista não se limitou ao plano nacional, acarretando problemas à costura das alianças estaduais que angariaria apoios à candidatura Lula. Rejeitando várias alianças estaduais propostas por Lula, a Executiva Nacional criou obstáculos à construção do jogo de apoios vital em eleições casadas como a de 94.

O isolacionismo voluntário levado a cabo pela nova direção do PT foi potencializado pelo favoritismo de Lula naquelas eleições. Depois de experimentar a proximidade da vitória em 89, o cenário se mostrava até meados de 94 muito propício à conquista da Presidência por Lula, principalmente depois do turbulento período Collor-Itamar que o Brasil experimentara; pesquisa de fins de maio colocava o candidato petista com 40% das intenções de voto, contra 17% de Fernando Henrique<sup>23</sup>. Desta forma, o PT entrou naquela campanha confiante nas amplas possibilidades eleitorais de seu candidato, concorrendo solitário ou em companhia de outras agremiações.

As novas correntes dominantes do partido não conseguiram construir um programa de governo unificado para Lula, que refletisse os anseios de uma classe trabalhadora bem mais am-

23 Datafolha de 29/5/94.

pla do que aquela que muitas vezes tinham em mente quando da elaboração de propostas. A falta da busca de consensos internos transformou a plataforma petista em uma soma desconexa de remendos e “termos médios”, que visavam agradar várias facções internas, sem no entanto constituírem pontos viáveis de uma agenda que deveria conquistar todo o eleitorado, e não só o público interno do partido.

Assim, o programa partidário apresentou matizes difusos de um certo *ethos revolucionário*, dando pouca ou nenhuma importância à formação de alianças para eleger e para governar e ao papel do Congresso como arena institucional válida e *locus* de debate e de conformação de reformas para a sociedade brasileira.

Quando Fernando Henrique apareceu como adversário principal do PT, ao lançar o Plano Real<sup>24</sup>, a direção petista atrapalhou a remodelação do discurso eleitoral de Lula, que oscilou entre a condenação do plano, atendendo a determinações partidárias, e a defesa de sua continuação, atendendo a pesquisas de opinião que mostravam o apoio da população às medidas de controle inflacionário.

Os erros na condução da campanha e a fragorosa derrota no 1º turno constituíram-se, neste contexto, em formidáveis *pressões ambientais* que levaram à eclosão de uma aguda *crise partidária interna*, conforme a primeira fase analítica proposta por Panebianco (1990) em seu modelo de mudança institucional. Somou-se a esta pressão externa advinda do fracasso eleitoral a incapacidade da nova maioria petista de estabilizar um *núcleo duro* dirigente do partido a partir da reconfiguração de forças que se deu no 8º EN; esta incapacidade foi fruto principalmente das inúmeras divergências que eclodiram na maioria esquerdista do partido – divergências que se acirraram após a fracassada campanha eleitoral de 94.

Com o partido em crise, surge a chance de retomada do poder pela *Articulação* e demais forças centristas e direitistas no

---

24 Os efeitos do Plano Real foram devastadores: já em 30/7/94, pesquisa Vox Populi colocava Lula e FHC em empate técnico, com 30% e 29% das intenções de voto, respectivamente.

10º EN, em agosto de 95. E foi o que realmente aconteceu: as chapas *Articulação Unidade na Luta e Democracia Radical*, representando as correntes mais à direita, uniram-se à centrista *Velhos Sonhos, Novos Desafios*<sup>25</sup>, totalizando 53,79% dos delegados, contra 46,21% obtidos pela esquerda reunida sob a chapa única *Socialismo e Democracia*.

Os resultados do 10º EN tiveram peso ainda maior porque pela primeira vez escolheu-se o presidente nacional do PT, com a recusa de Lula em continuar no cargo que ocupara desde a fundação da sigla. José Dirceu, representando as chapas de centro-direita, foi eleito com 54,02% dos votos, sobrepujando o candidato da esquerda, Hamilton Pereira, que teve 45,98%.

Desta forma, o grupo que formara a *Articulação* em 83 voltava a assumir, com os apoios da pequena corrente centrista do partido e da *Democracia Radical*, o comando do PT – por uma margem muito estreita, porém. Esta união de centro-direita constituiu-se na nova força hegemônica do partido, passando a ser conhecida a partir de então como *campo majoritário*, em oposição ao *campo minoritário* esquerdista. Pode-se afirmar seguramente que a formação do campo majoritário correspondeu à segunda fase analítica colocada por Panebianco (1990) como típica de um partido em transformação: a alteração na composição de forças do seu grupo dirigente.

O campo majoritário tomou, então, uma série de medidas que alteraram substancialmente o caráter do partido. Em primeiro lugar, trataram de consolidar um forte núcleo dirigente – algo que a esquerda não fez quando constituiu a maioria em 93 – mantendo a esquerda isolada através inclusive da recusa em dar-lhe o cargo de Secretário Geral da sigla – reivindicado pela chapa *Socialismo e Democracia* pela grande quantidade de delegados conquistados no 10º EN. Recusando dar o cargo à esquerda, o campo majoritário a excluiu da Executiva Nacional por cerca de um ano. Por outro lado, procedeu também a uma severa reestruturação financeira do partido e a um rígido controle do processo das eleições municipais de 96.

25 Constituída pela migração de dissidentes da *Articulação de Esquerda* rumo ao centro, como Rui Falcão e Cândido Vacarezza.

O controle da sigla pelo campo majoritário manteve-se no 11º EN, em 97, quando às chapas *Articulação Unidade na Luta* e *Democracia Radical* somou-se a *Nova Democracia*, composta basicamente por egressos da *Articulação de Esquerda*, perfazendo juntas 51,1% dos delegados<sup>26</sup>. O centro, representado pela chapa *Socialismo e Liberdade*, conquistou 11,09% dos delegados, se alinhando mais à esquerda<sup>27</sup> do que à direita, o que fez com que a reeleição de Dirceu se desse com ainda menor margem do que em 1995: 52,59% dos votos contra 47,41% de Milton Temer.

Após o 11º EN, as forças do campo majoritário procuraram deliberadamente fortalecer as correntes de centro, atraindo suas lideranças para postos de comando partidário, com o fito de realizar uma descompressão no sistema intrapartidário que se mostrava cada vez mais centrífugo, acarretando grandes riscos de cisões<sup>28</sup>. Além disso, a cúpula petista objetivava também diminuir a bipolaridade que se configurava na sigla quando procurou impelir importantes figuras da esquerda a rumarem em direção ao centro partidário.

Com esses incentivos, um novo centro surgiria em 1999 entre os campos majoritário e minoritário, lançando pela primeira vez um candidato à presidência da sigla no 2º Congresso Nacional, em novembro daquele ano, mostrando que a tática do campo majoritário de enfraquecimento e isolamento da esquerda em prol de um centro ampliado havia surtido efeito. Neste Congresso, a soma das três chapas direitistas do campo majoritário totalizou 54,4% dos delegados<sup>29</sup>, contra 12,71% da centrista

26 *Articulação Unidade na Luta* – 34,73%, *Democracia Radical* – 11,82%, *Nova Democracia* – 4,55%.

27 A chapa de esquerda, *Luta Socialista*, obteve 37,82% dos delegados.

28 Sartori (1982) lembra que um sistema partidário centrífugo é aquele no qual as forças se dirigem rumo aos extremos do espectro político, deixando o centro cada vez mais esvaziado. A acentuação deste movimento traz inúmeros riscos à sobrevivência do sistema, como demonstram seus exemplos do Chile, de 1970 a 1973, e da República de Weimar, de 1919 a 1933. O que Sartori (1982) afirma para o sistema partidário pode-se transplantar sem sustos para o sistema intrapartidário, na medida em que o estudo deste, como ele afirma, deve considerar o partido como um *sistema*, e suas facções como *subsistemas* – mesma concepção, portanto, de um sistema partidário nacional.

29 *Revolução Democrática* – herdeira da *Articulação* – 43,64%, *Democracia Radical* – 8%, *PT de Luta e de Massas* – 2,85%.

*Movimento PT* e 32,77% das três chapas à esquerda<sup>30</sup>. Na luta pela presidência, José Dirceu foi eleito pela terceira vez com 54,8% dos votos contra 32,7% de Milton Temer, candidato do campo minoritário esquerdista, e 12,48% de Arlindo Chinaglia, representante das forças de centro.

Após 99, o campo majoritário procede a mais alterações institucionais como forma de isolar a esquerda partidária. A principal delas foi a mudança estatutária que instituiu eleições diretas para a escolha de direções e presidentes em todos os níveis da sigla. Aprovada pela maioria com forte oposição das esquerdas, a medida visou fortalecer ainda mais o campo majoritário ao apelar à participação, nos processos decisórios mais fulcrais, dos filiados que estivessem em dia com as obrigações partidárias, confiando tanto na moderação do “petista médio”, ou *partidário não-alinhado* a nenhuma tendência específica – conforme a definição que Sartori (1982) empresta ao termo – quanto na força eleitoral das lideranças de centro-direita.

Estas mudanças nas regras institucionais, somadas àquelas efetuadas pelo campo majoritário logo após sua vitória em 95, constituíram-se claramente em uma parte da terceira fase analítica da mudança institucional de Panebianco (1990), que remete a reestruturações organizacionais que dão nova conformação institucional à legenda<sup>31</sup>.

Em setembro de 2001, pela primeira vez os filiados escolheram através de eleições diretas as novas direções partidárias estaduais, municipais e nacional; este pleito direto, porém, não surtiu o efeito esperado pela cúpula do PT, já que pouco alterou a correlação de forças da sigla. Assim, o campo majoritário obteve cerca de 51,5% do Diretório Nacional, contra 16% das duas chapas

30 *Socialismo ou Barbárie* – 20,83%, *Nosso Tempo* – 9,86%, *Fiel ao PT das Origens* – 2,08%.

31 Provando que a proposição de Panebianco (1990) de que esta terceira fase analítica é realmente *típica* das mudanças partidárias, há o caso do Partido Socialista Operário Espanhol, no qual o grupo dirigente liderado por Felipe González conseguiu, através de alterações nas regras intrapartidárias, isolar o *sector crítico* que rejeitava os rumos moderados que o partido passava a tomar no fim dos anos 70 (Share, 1986).

centristas e 32,5% das três chapas de esquerda. Contumazes aliados, centro e campo majoritário perfizeram cerca de 67,5%, mantendo a condição de confinamento esquerdista em cerca de um terço do partido – algo que já se configurara em 99. Na eleição para a presidência, Dirceu foi reeleito pela terceira vez, com pouco mais do que alcançara em 99: cerca de 55,5% dos votos.

No momento em que este artigo é escrito, parece estabelecida a correlação de forças na sigla: um campo majoritário com estreita maioria absoluta que só se alinhar ao centro, que por sua vez se expande lentamente, atingindo cerca de 15% da sigla; juntos, mantêm as forças de esquerda isoladas em um campo minoritário que controla cerca de um terço da legenda.

A formação do campo majoritário em 95, seu fortalecimento nos anos seguintes com três reeleições de José Dirceu, e o conseqüente isolamento da esquerda, deram uma nova configuração ao PT; e não só em relação a alterações nas regras institucionais intrapartidárias, já citadas, mas também no que tange à redefinição das metas oficiais da agremiação – completando assim as fases típicas elencadas por Panebianco (1990).

A eleição de Dirceu em 95, com a retomada do comando da sigla pelo grupo originalmente fundador da *Articulação* – agora unindo forças no campo majoritário –, representou um ponto de inflexão para o PT, que a partir daí abandonou sua postura de partido anti-sistema ao deixar de ter atitudes que visavam causar impactos simbólicos deslegitimadores do regime. Ao invés de intencionar derrubar e substituir o regime, a partir dessa ocasião o PT passou a postular, *pragmaticamente*, comandá-lo, aceitando para isso a união com outras forças políticas não-limitadas aos aliados tradicionais do partido, em uma clara redefinição e posterior consolidação das metas partidárias oficiais.

É preciso aqui esclarecer um ponto do modelo de mudança institucional de Panebianco (1990). Segundo ele, a mudança institucional só se realiza quando o estímulo externo encontra predisposições intrapartidárias que, catalisadas por ele, levarão à alteração da estrutura de poder; esta nova estrutura é que estimulará a inovação organizativa. No caso da transformação do PT em um partido pró-sistema, temos como estímulo externo a

fragorosa derrota de Lula em 94, e como nova estrutura de poder, a formação de um campo majoritário que promoveria sensíveis alterações das regras intrapartidárias e redefinições das metas oficiais da agremiação. Mas quais eram as condições preexistentes?

Havia dentro do PT, desde a vitória da esquerda em 93, uma situação de polarização que facilmente derivaria para hostilização do grupo dirigente quando pressões ambientais pusessem à prova sua capacidade de unir o partido e constituir uma maioria segura e duradoura para os anos seguintes. Os erros na condução da campanha de 94, a falta de um programa de governo unificado, o isolacionismo político a que Lula e o PT foram submetidos: todos estes fatores foram impulsos iniciais à guetização da esquerda intrapartidária, que não obstante ser maioria, ficou cada vez mais acuada. O estímulo externo decisivo foi a derrota de Lula no 1º turno, que precipitou a mudança da estrutura de poder do partido, com as esquerdas sendo alijadas em prol de uma aliança interna de centro-direita.

Assim, o processo de conversão do PT para um partido pró-sistema, que se iniciou em 95, consolidar-se-ia gradativamente com o fortalecimento do centro partidário que, alinhando-se de modo contumaz ao campo majoritário, propiciou o isolamento da esquerda petista, cuja força eleitoral interna parece ter se estabilizado em torno dos 30%.

## Conclusão

Como resultado das alterações enunciadas acima, o grupo dirigente petista passou a ser integrado majoritariamente por representantes de tendências de centro-direita – no espectro intrapartidário – que defendem o avanço simultâneo da luta societária e da ocupação de espaços na arena institucional brasileira, conferindo maior importância à democracia representativa e, por isso mesmo, defendendo alianças voltadas ao centro do *continuum* político-partidário brasileiro como forma de atuação estratégica na luta pelo comando do Executivo.

Esta conformação partidária se defrontaria em 2002 com um cenário propício ao deslocamento do partido rumo ao centro

da arena política nacional, já que a corrosão do bloco das forças de centro-direita que sustentara os dois mandatos de Fernando Henrique impediu que se repetisse a formação de uma ampla coalizão eleitoral como a de 1998, fragmentando as forças situacionistas e impelindo partidos de centro-direita na direção no candidato petista. Aproveitando esta oportunidade, o PT se apresentaria em 2002 com um discurso mais ampliado e moderado, atraindo as parcelas centristas do eleitorado que historicamente impediram a vitória de Lula nas três tentativas anteriores.

Assim, condições estrutural-ambientais encontram, em 2002, um partido que consolidava sua postura pró-sistema a partir do fim da década de 90, contribuindo elas mesmas para o reforço desta nova postura, como instrumento para consecução da tão almejada meta presidencial de Lula e do PT.

Além disso, a própria composição social da base petista alterou-se substancialmente nos últimos anos: o crescimento eleitoral do partido em todos os níveis do Executivo e do Legislativo acabou por incrementar a participação interna de servidores públicos nomeados por senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e edis da sigla, o que ao fim e ao cabo contribuiu sobremaneira para consolidar uma posição pró-sistema em substituição à antiga visão anti-sistema. No 2º Congresso do partido, em 1999, os servidores somavam 49% dos 941 delegados presentes, contra 23% de assalariados do setor privado.

Hoje, conquanto se configure altamente improvável o retrocesso do partido à condição de anti-sistema, restam indagações concernentes à consolidação deste deslocamento centrista do PT, principalmente se as dificuldades que se afiguram na relação governo *versus* partido levarem a um realinhamento da disposição das forças intrapartidárias, alijando do comando da sigla os grupos que comandaram a transformação institucional do partido e que, não-coincidentemente, são os mesmos que compõem o núcleo do governo Lula.

Vale lembrar também que, se os conflitos governo *versus* partido podem reverberar na correlação de forças intrapartidárias, não é menos provável que, por um lado, eventuais problemas e dificuldades do governo reverberem sobre o partido, e por outro,

que atribuições intrapartidárias trazem dificuldades governativas – uma relação de circularidade que pode ser viciosa ou virtuosa, conforme a maior ou menor capacidade dos líderes petistas em evitar tanto a estatização do partido quanto a contaminação da governabilidade pelos conflitos intrapartidários.

## Bibliografia

- ALMEIDA, Jorge. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo / Editora Xamã, 2002.
- AZEVEDO, Clovis B. de. **Leninismo e Social-Democracia – uma investigação sobre o projeto político do Partido dos Trabalhadores**. 1991. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo. São Paulo.
- \_\_\_\_\_. **A Estrela Partida ao Meio**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- COUTO, Cláudio G. **O Desafio de Ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo: 1989-1992**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1980.
- FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Autores Associados, 1991.
- FIORI, José L. **Brasil no espaço**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GENOINO, José. A esquerda e as reformas. **Espaço Aberto**. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 7 de junho de 2003, p. 2.
- GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Papagaio, 1989.
- HARNECKER, Marta. **El Sueño era Posible**. Santiago: LOM Ediciones, 1995.

JORGE, Eduardo. Os Sete Pecados Capitais e um Original. **Tendências / Debates**. São Paulo, Folha de S. Paulo, 26 de outubro de 1994, p. A-3.

KECK, Margaret E. **PT, A Lógica da Diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1991.

LACERDA, Alan D. F. de. O PT e a unidade partidária como problema. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partidos: organización y poder en los partidos políticos**. Madri: Alianza, 1990.

PEDROSA, Mário. **Sobre o PT**. São Paulo: CHED Editorial, 1980.

POMAR, Wladimir. **Quase Lá: Lula, o susto das elites**. São Paulo: Brasil Urgente, 1990.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Editora da UnB, 1982.

SHARE, Donald. A Evolução da Esquerda Socialista Espanhola e a Democratização. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 14, p. 38-51, fev. 1986.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída: uma contribuição à crítica política do funcionalismo e da política partidária. In: Max WEBER. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril, 1980, p. 1-85.